

Vereadores aprovam o novo Código Tributário de Piracicaba

O ponto que gerou mais debates foi a atualização da base de cálculo do IPTU

Rodrigo Alves/Câmara de Piracicaba

Na última segunda-feira, dia 29 de dezembro, a Câmara Municipal de Piracicaba aprovou o novo Código Tributário da cidade. Durante a 31ª Reunião Extraordinária, a Câmara votou o Projeto de Lei Complementar (PLC) 22/2025, proposto pelo Executivo Municipal. Logo após, foi convocada e realizada a 32ª Reunião Extraordinária, para que o PLC fosse apreciado em segunda discussão, tornando-o apto a seguir para sanção do prefeito municipal.

O ponto que mais concentrou debates foi a atualização da Planta Genérica de Valores (PGV), base de cálculo do IPTU, que passará a valer já no próximo exercício.

PGV defasada

Segundo a administração municipal, a PGV estava sem atualização desde 2011, acumulando uma defasagem de 14 anos.

A revisão atende a recomendações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e às exigências previstas no Código Tributário Municipal, na Lei de Responsabilidade Fiscal e na legislação federal.

A prefeitura afirmou que, mesmo após a atualização, o valor venal dos imóveis permanecerá, em média, em torno de 60% do valor de mercado.

Vereadores da base governista defenderam a proposta como



A PGV estava sem atualização desde 2011, acumulando uma defasagem de 14 anos

forma de aproximar o imposto da realidade dos imóveis e corrigir distorções acumuladas ao longo dos anos. Parlamentares da oposição, por sua vez, criticaram a tramitação acelerada do projeto e alertaram para a possibilidade de aumentos expressivos em casos específicos.

Durante a discussão, foram apresentados pedidos de vista e de adiamento da votação, ambos rejeitados pelo plenário. Críticas também foram feitas quanto ao tempo de análise e à incorporação de novos anexos após a

audiência pública. Na defesa do texto, vereadores argumentaram que o projeto estava em tramitação havia 29 dias e que a atualização se relaciona ao novo cenário tributário nacional, incluindo a transição da reforma tributária federal prevista para 2026.

Descontos

Após articulação entre vereadores e o prefeito Helinho Zanatta, foi aprovada a Emenda 3, apresentada pelo vereador Renan Paes (PL), que ampliou os descontos no pagamento do IPTU.

Pela redação final, o desconto para contribuintes em dia com exercícios anteriores passou de 5% para 10%, mesmo em caso de pagamento parcelado. Para quem estiver quite e optar pela cota única, o abatimento chega a 15%. Também foi mantido o desconto de 5% para pagamento à vista, independentemente da situação anterior do contribuinte. Com a emenda, o número de imóveis com redução no valor do IPTU aumentou de cerca de 60 mil para quase 100 mil, o que representa aproximadamente metade dos

imóveis do município. Além disso, cerca de 50 mil imóveis terão aumento limitado a até R\$ 100 no valor do imposto.

Faixas de imóveis

A atualização da PGV estabelece novas faixas de classificação, considerando o valor venal e o tipo de uso do imóvel.

Segundo as informações, no caso dos residenciais, aqueles avaliados em até R\$ 250 mil passam a integrar a Faixa 1, enquanto imóveis entre R\$ 250 mil e R\$ 500 mil ficam na Faixa 2.

Ao todo, cerca de 232 mil imóveis são alcançados pela revisão. As alíquotas do IPTU seguem diferenciadas conforme as categorias residencial, comercial, industrial e terreno, com caráter progressivo de acordo com o valor venal.

Isenções

O novo Código Tributário mantém todas as isenções previstas na legislação municipal.

De acordo com a justificativa do projeto, a atualização da Planta Genérica de Valores (PGV) busca promover justiça fiscal, corrigir distorções sociais e tributárias, ampliar o número de imóveis beneficiados e preservar o equilíbrio fiscal do município, além de cumprir a Lei nº 13.240/2015, que determina o envio das PGVs atualizadas à Secretaria do Patrimônio da União.

Pq. Morro do São Bento será tema de audiência pública

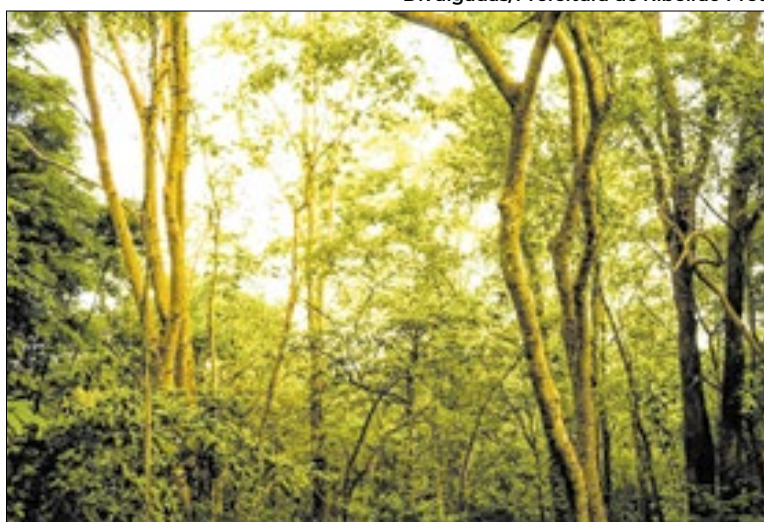
Divulgadas/Prefeitura de Ribeirão Preto

Na segunda-feira, 5 de janeiro, a Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto realizará a audiência pública sobre o Plano de Manejo do Parque Municipal Morro do São Bento.

A reunião terá início às 9h e acontecerá no auditório do Centro de Apoio à Educação Ambiental (CAEA), localizado no Bosque e Zoológico Dr. Fábio Barreto.

O Parque Municipal Morro do São Bento engloba o Bosque e Zoológico Dr. Fábio Barreto, o Jardim Japonês, o Teatro de Arena, o Teatro Municipal, a Cava do Bosque e as áreas verdes que circundam toda a região conhecida como Morro do São Bento.

A audiência pública tem como objetivo apresentar à população a atualização do Plano de Manejo do parque, que é classificado como Área de Preservação



Documento busca a conservação do espaço ambiental

Ambiental (APA). A promulgação do documento garantirá diretrizes e estruturas adequadas para a conservação, proteção e uso sustentável desse importante espaço ambiental.

Durante a audiência, serão apresentadas e discutidas as pro-

postas de atualização elaboradas pela equipe técnica da Secretaria, contribuindo para a construção do documento final. O órgão municipal afirmou que a participação da população é fundamental para garantir um plano amplo, transparente e democrático.

Horto Municipal valoriza a arborização

O Horto Municipal de Presidente Prudente fechou o ano de 2025 com a distribuição gratuita de 1.659 mudas de árvores à população, fortalecendo as iniciativas de arborização urbana e conservação ambiental no município. Ao longo do ano, a média mensal foi de cerca de 150 mudas entregues a moradores interessados em contribuir com o verde da cidade.

Entre as espécies mais procuradas estiveram o ipê-branco, o ipê-amarelo e o resedá de folha gigante, reconhecidos pela floração marcante e pela boa adaptação às áreas urbanas. Atualmente, o Horto disponibiliza um catálogo com 21 espécies aptas para doação e plantio em calçadas.

Para espaços que possuem rede elétrica aérea, são indicadas dez espécies compatíveis, como ipê-amarelo, aroeira-pimenta,

acácia-amarela, resedá de folha gigante, alecrim-de-campinas e dedaleiro. Já em vias sem fiação, há 11 alternativas recomendadas, entre elas aldrago, patade-vaca, ipê-branco, cabreúva, magnólia, jacarandá-de-minas, pau-brasil e jambo-do-norte.

Para ambientes internos com iluminação indireta, as espécies mais indicadas são jibóia, zamioculca e lírio-da-paz. Já para calçadas, a orientação é escolher árvores que não comprometam a pavimentação, a fiação ou as tubulações, como oiti, quaresmeira, resedá, ipê-amarelo e aroeira-pimenta.

Retirada

As mudas podem ser retiradas gratuitamente no Horto Municipal, na Rua Altair de Senna, nº 730, no Jardim Jequitibás, de segunda a sexta-feira, das 7h30 às 16h.